Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 3154/2016

PROCESSO TC/MS : TC/9868/2015
PROTOCOLO : 1599547
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A) : WALDELI DOS SANTOS ROSA
TIPO DE PROCESSO : ATA DE REGISTRO DE PREÇO 024/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO : PREGÃO PRESENCIAL 026/2015
RELATOR (A) : JERSON DOMINGOS

Tratam os autos de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, número 026/2015, que deu origem a Ata de Registro de Preços nº 024/2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica e a empresa abaixo relacionada, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, EM ATENDIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº. 924/2008".

EMPRESA	VALOR
SUPERMERCADO CORREA & MORAIS LTDA EPP	R$ 449.480,00

A 3ª ICE emitiu a análise ANA - 3ICE - 17208/2015 (peça 25), manifestando-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 024/2015.

O Ministério Público de Contas em seu parecer (peça 26) concluiu pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

É o relatório.

Compulsando os autos verifico que o procedimento licitatório e a formalização da Ata de Registro de Preços foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, bem como estão de acordo com as determinações da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Ante o exposto, não havendo nos autos evidência de ilegalidades, irregularidades ou falhas nos procedimentos examinados, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, a análise da Inspetoria de Controle Externo e **DECIDO:**

I – Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 026/2015, que deu origem a Ata de Registro de Preços n. 024/2015 celebrada entre a Prefeitura Municipal de Costa Rica e a empresa SUPERMERCADO CORREA & MORAIS LTDA EPP, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012, observado o disposto no art. 120, *caput*, I, "*a*", e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012.

III - Após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n. 76/2013 c/c o parágrafo único do art. 4º da Orientação Técnica Interna n. 03, de 2010.

Campo Grande, 13 de abril de 2016.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

dm